



## Senado acaba com doação de empresa a campanha eleitoral



Comissão de Justiça aprovou projeto que proíbe contribuições financeiras de pessoas jurídicas a partidos ou candidatos. Texto vai à Câmara, se não houver recurso

**F**oi aprovado pela CCJ, na quarta-feira, substitutivo de Roberto Requião a projeto de Vanessa Grazziotin. O relator argumentou que as pessoas jurídicas não têm direito a voto e que, se uma regra

de financiamento permite doações na proporção da propriedade de cada eleitor, “o poder econômico tende a colonizar o poder político e desaparece a possibilidade de contraponto entre um e outro”. **2**

Roberto Requião (E) defende substitutivo na CCJ ao lado de José Pimentel, Eduardo Amorim, Alvaro Dias e Aloysio Nunes

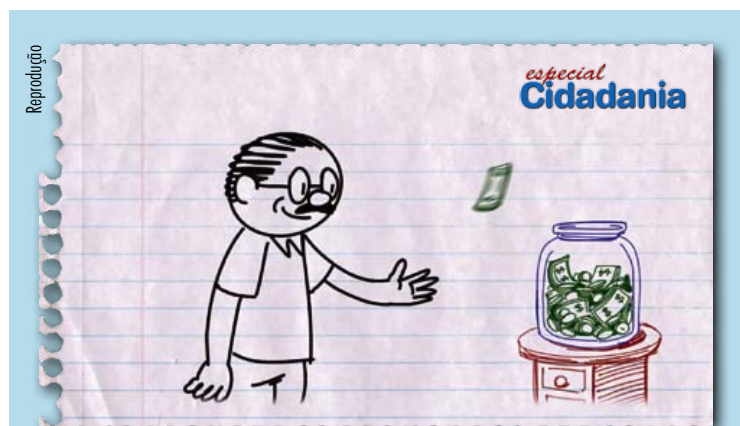
**Infraestrutura tem 13 propostas de lei vindas de fórum 7**

**Três comissões votam Marco Civil da Internet hoje 7**

**Projeto sobre novos municípios segue para o Plenário 3**

**Debatedores pedem isenção de IPI para bicicletas 6**

**Despesas com cuidadores poderá ser deduzida do IR 4**



### Animações facilitam entendimento de leis

Começou a tramitar no Congresso o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015. Conheça os vídeos que ajudam a compreendê-la. **8**

rias (LDO) para 2015. Conheça os vídeos que ajudam a compreendê-la. **8**

### PEC das Defensorias recebe urgência

A PEC que fixa prazo de oito anos para que todas as unidades jurisdicionais do país possuam defensores públicos foi apro-

vada pela CCJ. O Plenário agora deve analisar, em dois turnos de votação e em regime de urgência, a proposta da Câmara. **5**



Núcleo de saúde da Defensoria Pública do DF: número de defensores deverá ser proporcional à demanda e à população

21 de abril – Aniversário da capital da República

Há 54 anos o Brasil se encontra em Brasília

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça pretende evitar que poder econômico do doador “colonize” o poder político, segundo o relator, eliminando o contraponto entre um e outro

Gerardo Magela/Agência Senado



Para Requião, eleições são processos com participação exclusiva de eleitores, não se justificando contribuições de empresas

## Fim de doação de empresa a político segue para a Câmara

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou na quarta-feira, em turno suplementar, substitutivo de Roberto Requião (PMDB-PR) a projeto (PLS 60/2012) de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que proíbe doações de empresas em dinheiro, ou por meio de publicidade, a candidatos e partidos. A proposta segue agora para a Câmara, exceto se houver recurso para votação em Plenário.

O texto original proibia apenas a oferta de recursos por empresas com dirigentes condenados em instância final na Justiça por corrupção ativa. A intenção de Vanessa era estender aos doadores de campanha — pessoas físicas

ou jurídicas — as limitações já impostas aos candidatos pela Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010).

Por entender que as eleições são processos com participação direta exclusiva dos eleitores, uma vez que as pessoas jurídicas não têm direito a voto, Requião decidiu pela proibição de toda e qualquer contribuição financeira de empresas a partidos e candidatos.

### Colonização

No relatório, o senador argumentou que, na medida em que uma regra de financiamento permite doações na proporção da propriedade de cada eleitor, o poder econômico tende a colonizar o

poder político e desaparece a possibilidade de contraponto entre um e outro.

Quanto às restrições a doações de pessoas físicas, Requião considerou desnecessária a exclusão de doadores ficha-suja como proposto no texto original do projeto. Atualmente, a Lei das Eleições limita as doações de cidadãos para campanhas a 10% do valor dos rendimentos brutos obtidos no ano anterior.

“Considero essa regra aceitável no caso das pessoas físicas, cujas diferenças de rendimento não são, normalmente, tão grandes quanto as diferenças no faturamento das empresas”, justificou Requião no relatório.

### Vanessa diz que oposição faz campanha eleitoral antecipada

A oposição se afastou do debate programático e entrou numa verdadeira campanha eleitoral antecipada, segundo Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A senadora disse que o partido dela chegou a essa constatação após fazer uma análise do quadro político atual.

— O mote dessa campanha é o fogo cruzado contra a Petrobras, fazendo uma abordagem distorcida dos fatos, como a que envolveu a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos — disse.

Para ela, a oposição não torce contra o governo, mas contra o Brasil.

— Esses ataques têm, no nosso entendimento, objetivo de imobilizar o governo, de desacreditá-lo, e atingir a liderança e a reputação da presidente Dilma Rousseff.



Waldemir Borreto/Agência Senado

### Suplicy pede aos jovens que se manifestem de forma pacífica

Em suas reflexões sobre a Semana Santa, Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu na quarta-feira aos jovens que façam manifestações pacíficas, sem recorrer à violência. Ele lamentou que, na terça-feira passada, mais um protesto contra a Copa do Mundo, em São Paulo, tenha terminado em depredação de agências bancárias promovidas por pessoas vestidas de preto, os *black blocs*.

— Que façam sempre os seus protestos, mas sempre respeitando o próximo, respeitando as instalações físicas de qualquer propriedade pública ou privada, evitando-se a violência — pediu Suplicy.

O senador também leu mensagens de Leonardo Boff e do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, dom Orani Tempesta, sobre a Páscoa.



Waldemir Borreto/Agência Senado

### Mozarildo critica ex-governador por abuso em propaganda

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou na quarta-feira, em Plenário, o ex-governador de Roraima Anchieta Júnior, que se desincompatibilizou do cargo para concorrer a uma vaga para o Senado.

As críticas são pelo abuso na divulgação de anúncios institucionais que, segundo o senador, foram transformados em verdadeiras propagandas políticas antecipadas.

Conforme Mozarildo, as emissoras de televisão e de rádio divulgam sem parar anúncios que mostram hospitais, escolas e segurança pública de primeiro mundo, quando a realidade do estado é que esses setores estão abandonados.

— Ele concentrou de maneira violenta a massificação do seu nome com nenhum tipo de pudor ou censura em anunciar obras que não foram feitas, em dizer coisas que estavam na propaganda, mas a realidade era oposta — afirmou Mozarildo.

## Ala Filinto Müller pode passar a se chamar Luís Carlos Prestes

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de resolução do Senado (PRS 36/2011) que muda o nome da Ala Filinto Müller para Ala Luís Carlos Prestes.

A proposta foi apresentada por Ana Rita (PT-ES) e recebeu parecer favorável do relator, Randolfe Rodrigues

(PSOL-AP). A proposta ainda será votada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e pela Mesa do Senado.

Como se trata de retirar uma homenagem devido a um “julgamento da história”, o projeto tem enfrentado resistência de senadores como Romero Jucá (PMDB-RR) e Francisco Dornelles (PP-RJ).

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h de quarta-feira serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



TERÇA

### CMA, CCJ, CCT Marco Civil da Internet

8h30 O projeto que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil — o Marco Civil da Internet — será analisado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, às 8h30; pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, às 9h; e pela Comissão de Ciência e Tecnologia, às 10h.

### CE Ministra Marta Suplicy

10h A ministra da Cultura, Marta Suplicy, fala à Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre as diretrizes e prioridades do ministério para este ano e a situação dos museus no Brasil.

### CMA Serra do Cachimbo

10h Audiência pública para instrução do projeto que altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, em Altamira e Novo Progresso (PA).

### CAE Código de Ciência e TCU

10h Projeto na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Às 14h30, sabatina com indicados ao TCU: Bruno Dantas, Fernando Moutinho e Sérgio da Silva Mendes.

### CMCC Mudanças climáticas

10h Reunião para análise do plano de trabalho da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas.

### CCAI Reunião administrativa

14h30 Reunião administrativa da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

### CMO Desenvolvimento urbano

14h30 Comissão de Orçamento promove reunião, na Câmara, para votar projeto que abre crédito suplementar de R\$ 113,8 milhões para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

QUARTA

### CAS Órgãos reguladores

9h Exame da indicação de Jaime de Oliveira e José Carlos Moutinho para a Anvisa e de Simone Freire para a Agência Nacional de Saúde Complementar.

### RESÍDUOS SÓLIDOS Catadores

9h Coleta seletiva e inclusão social dos catadores, situação atual, perspectivas e desafios são temas de debate com Ney Maranhão, secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

### CCJ Crime de vandalismo

10h Analisa, entre outros, projeto que tipifica como crime de vandalismo a destruição de imóveis, equipamentos urbanos, veículos e monumentos.

### CDH Violência doméstica

11h Debate sobre a capacitação de servidores para atender vítimas de violência doméstica e familiar. Às 11h30, analisa projeto que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos.

### EDUCAÇÃO Financiamento público

14h A comissão que estuda soluções para o financiamento da educação realiza debate com Alejandra Velasco, do Todos pela Educação, e Daniel Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

### EM DISCUSSÃO! Copa do Mundo

18h30 Lançamento da 20ª edição da revista *Em Discussão!*, intitulada *Copa 2014: todo mundo de olho no Brasil*, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

QUINTA

### CRE Dois embaixadores

10h A comissão analisa indicações de Carmen Lúcia Richter Ribeiro Moura e Marcos Vinicius Pinta Gama para as embaixadas brasileiras na Bulgária e Macedônia e na Suécia e Letônia, respectivamente.

### CAS Exame da OAB

10h O exame de ordem, promovido pela OAB, será tema de audiência pública na comissão. O presidente do Conselho Federal da entidade, Marcus Vinicius Furtao do Coêlho, participa do debate.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Vai para análise do Plenário projeto de Mozarildo Cavalcanti que substitui proposta anterior, vetada pela presidente Dilma Rousseff

# Comissão muda texto para evitar novo veto a regras para criar municípios

JÁ PODE SER votado em Plenário o projeto (PLS 104/2014 — Complementar) que altera os procedimentos para a criação, incorporação e fusão de municípios. Iniciativa de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), a proposta é fruto de acordo entre Legislativo e Executivo para substituir texto do mesmo autor (PLS 98/2002) aprovado pelo Senado, mas vetado pela presidente Dilma Rousseff. O veto ainda não foi analisado pelo Congresso Nacional.

O relatório favorável, de Valdir Raupp (PMDB-RO), foi aprovado quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O relator sugeriu mudanças para atender demandas do governo.

A proposição estabelece limite mínimo de população e outras condições para os novos municípios, como núcleo urbano, manutenção da continuidade territorial e respeito às divisas estaduais.

Além disso, define os parâmetros do Estudo de Viabilidade Municipal (EVM), obrigatório para alteração dos limites, e regulamenta a realização de plebiscitos.

Valdir Raupp explicou que fez alterações para evitar novo veto presidencial. O substitui-



Proposta de Mozarildo Cavalcanti (E) teve relatório favorável de Valdir Raupp na Comissão de Constituição e Justiça

tivo prevê, por exemplo, que o novo município e o preexistente (que perderá parte da área) tenham um mínimo de 6 mil habitantes para as Regiões Norte e Centro-Oeste, 12 mil para o Nordeste e 20 mil para Sul e Sudeste. O projeto de Mozarildo previa limites entre 5 mil e 15 mil.

— Se aprovarmos limites mais baixos que os propostos pelo Executivo, estaremos mantendo o impasse. Por isso, minha sugestão é que eles sejam elevados pelo valor sugerido pelo governo — explicou.

Além disso, o relator acrescentou outras duas exigências

sugeridas pelo Executivo: tamanho mínimo de 200 quilômetros quadrados e arrecadação própria estimada superior à média de 10% dos municípios do estado.

## Debates

Ao defender o projeto, Mozarildo disse considerar “melhor um acordo razoável do que uma boa briga” e lembrou que Altamira (PA) tem área maior que a da Espanha.

— Com essa geografia, é impossível eliminar as desigualdades regionais — justificou.

Por sua vez, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) mostrou-se

favorável à proposta, mas ressaltou que cada novo município criado significa mais peso para o contribuinte, que tem de suportar os custos de criação da câmara municipal, secretarias, fóruns e outras atividades-meio. Por isso, propôs um debate mais amplo, com opções para reduzir os gastos públicos.

— Precisamos refletir sobre o tamanho do Estado brasileiro. Por que não desenvolver uma estrutura sem o peso dessas atividades-meio? Como ousar para que esses municípios não tragam ônus e sim bônus para a sociedade? — questionou.

## Plenário deve votar mudanças no Código do Consumidor

Dois projetos que atualizam o Código de Defesa do Consumidor estão na pauta do Plenário para votação esta semana. A pauta inclui, ainda, projeto que estabelece regras para a criação de municípios. Além disso, os senadores podem decidir sobre a criação da CPI da Petrobras, objeto de indefinição nas últimas semanas.

Um dos textos relativos a direitos do consumidor é o Projeto de Lei do Senado (PLS) 281/2012, que regulamenta as compras pela internet. A proposta estabelece regras de divulgação dos dados do fornecedor e amplia o prazo para arrependimento da compra de 7 para 14 dias, além de estabelecer penas para práticas abusivas contra o consumidor.

O outro projeto relativo ao tema (PLS 283/2012) disciplina a oferta de crédito ao consumidor e previne o superendividamento. A proposta estabelece a exigência de informações claras sobre o produto oferecido e a criação da “conciliação” para estimular a renegociação de dívidas. Entre as medidas propostas, estão a proibição de publicidade com expressões como “crédito gratuito”, “sem juros” e “sem acréscimo”, por exemplo.

Os projetos foram aprovados pela Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor. Formada por senadores, a comissão analisou sugestões elaboradas pela comissão de juristas criada em 2010 para estudar o tema.

## Comércio poderá cobrar preços diferentes à vista e no cartão



Waldemir Barreto/Agência Senado

O comerciante poderá voltar a estabelecer preços diferentes para o mesmo produto no caso de o pagamento ser feito à vista ou no cartão de crédito. A liberação para essa cobrança diferenciada

está prevista no projeto de decreto legislativo (PDS 31/2013) que suspende os efeitos da Resolução 34/1989, do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDIC). O projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na quarta-feira e será examinado agora, em regime de urgência, pelo Plenário do Senado.

A proposta foi apresentada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) e contou com o voto favorável da relatora, senadora Lídice da Mata (PSB-BA). A argumentação usada para justificar o cancelamento da resolução, em vigor desde 1989, parte do princípio de que ela viola direitos individuais e cria uma obrigação sem base constitucional ou legal.

— Na prática, o consumidor que compra por cartão paga mais, mas é ressarcido com pontuação nos planos de milhagem. Entretanto, os mais desafortunados economicamente pagam o mesmo preço pela mesma compra para pagamento à vista sem que seja dada qualquer vantagem em troca — explicou Requião.

## Agilização de acordo de países está pronta para votação



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Já pode ser votada pelo Plenário, em decisão final, a proposta de emenda à Constituição que torna mais rápida a tramitação de acordos internacionais (PEC 35/2011). Na terça-feira, houve a última

sessão de discussão em segundo turno. Na votação em primeiro turno, em março, a PEC foi aprovada com 62 votos a favor, 1 contra e 1 abstenção.

O texto original, de Luiz Henrique (PMDB-SC, foto), propunha que a análise de acordos internacionais fosse feita exclusivamente pelo Senado. Substitutivo de Jorge Viana (PT-AC), aprovado, mantém a competência das duas Casas, mas com possibilidade de regime de urgência para mensagens presidenciais que encaminham acordos internacionais. Depois do exame no Senado, a PEC segue para a Câmara.

Também foi contada mais uma sessão de discussão do substitutivo de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ao texto original da PEC 15/2011, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que permite a expedição de mandado de prisão por órgãos colegiados ou pelo Tribunal do Júri, mesmo quando houver possibilidade de recurso. O texto original extinguiu os recursos extraordinário e especial para impedir recursos considerados protelatórios. Falta uma sessão de discussão antes da votação em primeiro turno.

## Requião critica decisão da Justiça a favor da Apple

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou decisão da Justiça Federal do Rio de Janeiro a favor da Apple para uso da marca iPhone. O senador explicou que, em 2000, a brasileira Gradiente antecipou que o telefone celular caminharia para dar acesso à internet. Por isso, pediu ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial o registro da marca iPhone. O registro saiu no início de 2008, antes de a Apple lançar o produto no Brasil.

Segundo Requião, a empresa norte-americana não procurou a brasileira para negociar o uso da marca. A Gradiente acionou a Justiça, que, em primeira instância, deu ganho de causa à Apple. A Gradiente recorreu e a nova decisão também foi favorável à Apple.

Requião considerou inaceitável que o Judiciário se curve ao capital internacional, sem considerar as provas em favor da Gradiente. O caso aguarda decisão porque outro juiz pediu vista.

— Trata-se de defender os empresários nacionais e a legislação nacional e internacional referente a marcas e patentes internacionais.

## Simon espera que STF apoie CPI exclusiva sobre a Petrobras

Pedro Simon (PMDB-RS) disse estar confiante numa decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)



Waldemir Barreto/Agência Senado

favorável ao pedido da oposição para que a CPI da Petrobras apure somente denúncias contra a estatal. Segundo ele, a decisão deve sair nos próximos dias. Por isso, considerou positivo o Senado ter adiado a votação de parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) favorável ao entendimento de que, com dois requerimentos, prevalece o mais amplo, do governo — que inclui o metrô de São Paulo e o Porto de Suape, em Pernambuco.

— Hoje, a Petrobras vale 50% do que valia há dois anos. Não vão dizer que é a oposição, que é a imprensa que levou a essa conclusão. Esse é um assunto de tal gravidade que a comissão tinha que se transformar num tribunal, onde senador vai votar de acordo com sua consciência. Votar partidariamente num assunto contra a Petrobras, não acredito.

Lia de Paulo/Agência Senado



Waldemir Moka (E), autor do projeto, e Paulo Davim, relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais, são médicos

## Gasto com cuidador de idoso poderá ser deduzido

Avança no Senado a proposta que inclui despesas com cuidadores domiciliares entre as passíveis de dedução no Imposto de Renda Pessoa Física. Serviço é cada vez mais procurado pela população

OS GASTOS COM cuidadores domiciliares de idosos poderão ser descontados do Imposto de Renda Pessoa Física se for transformado em lei projeto aprovado na quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria ainda precisa passar pela análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

O aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população têm ampliado a procura por cuidadores de idosos, conforme observa o autor do texto (PLS 57/2014), Waldemir Moka (PMDB-MS).

O senador, que é médico, afirma que a atenção domiciliar tem muitas vantagens em relação à internação hospitalar, além de proporcionar convívio familiar mais

intenso. A prática, no entanto, exige gastos elevados, que podem desequilibrar o orçamento familiar, na opinião do autor.

Moka lembra que, ao contrário das despesas com médicos, dentistas e outros profissionais da saúde, os gastos efetuados com cuidadores ainda não são dedutíveis da base de cálculo do Imposto de Renda, conforme a legislação atual. Na visão do senador, a adoção da medida resultará em alívio aos orçamentos das pessoas idosas com incapacidade e das famílias.

O projeto recebeu voto favorável do relator, senador Paulo Davim (PV-RN), que destacou a importância do trabalho do cuidador para evitar que o idoso sofra uma queda ou tenha outros problemas que possam debilitar sua

condição ou mesmo resultar em internações hospitalares.

— Sairá muito mais barato para o Estado permitir o abatimento dos gastos com os cuidadores de idosos, do que facilitar um acidente doméstico, que é muito frequente, e aí sim esse idoso vai ocupar o leito de UTI e os gastos serão muito maiores — frisou o relator.

Na discussão da proposta, a senadora Ana Rita (PT-ES) lembrou que, além de atividades como administrar medicações e ajudar nas tarefas diárias, os cuidadores fazem companhia aos idosos.

— As famílias trabalham fora, o cuidador é alguém que também faz companhia e que evita que o idoso entre em um processo de depressão por falta de ter com quem dialogar — disse.

## Avança proposta que reduz empecilhos à adoção de crianças

Lia de Paulo/Agência Senado



(ECA) para estabelecer que apenas um dos membros do casal adotante cumpra a exigência de ser 16 anos mais velho que o menor a ser adotado.

O ECA já determina que a diferença de idade entre adotante e adotado seja, no mínimo, de 16 anos. O PLS 531/2013 inova ao determinar o cumprimento desse requisito por apenas um dos cônjuges. Segundo Vital, a medida já está amparada em decisões judiciais.

Ao recomendar a aprovação do projeto, a relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), avaliou que a iniciativa pode contribuir para facilitar o processo de muitas crianças e adolescentes encontrarem um novo lar.

Depois de passar pela CCJ, a proposta segue para votação final na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

## Comissões do Senado discutem humanização do parto no Brasil

As Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH) realizarão audiência pública conjunta para discutir a humanização do parto no Brasil. Requerimento propondo a participação da CAS no debate, apresentado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Ana Rita (PT-ES), foi aprovado na quarta-feira.

O debate será realizado em 28 de maio, quando se celebram o Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional pela Redução da Mortalidade Materna.

— A quantidade de relatos de mulheres que estão sendo levadas a fazer cesariana em detrimento do parto normal nos assusta — disse Vanessa.

A senadora Ana Rita lembrou caso de uma jovem no Rio Grande do Sul que gostaria de ter feito parto normal e foi obrigada a fazer cesariana. A senadora disse que o Ministério da Saúde tem como diretriz a realização de partos humanizados, mas observou que nem todos os hospitais seguem a orientação.

Também preocupado com a questão, o presidente da CAS, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), condenou a adoção de cesarianas por comodismo dos médicos, mas observou que existem casos específicos em que a opção evita riscos para mãe e bebê.

## Rodrigues quer estimular direção consciente

Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) defendeu na quarta-feira, em Plenário, projeto de autoria dele que reduz em um terço a pontuação dos motoristas que não cometerem nenhuma infração de trânsito seis meses após a última multa.



Waldemir Boratto/Agência Senado

Atualmente, cada motorista pode acumular, na Carteira Nacional de Habilitação, no máximo, 20 pontos. E, segundo Antonio Carlos Rodrigues, somente na cidade de São Paulo, em 2012, cerca de 110 mil motoristas foram notificados por atingirem o limite da pontuação permitida.

Para o senador, em vez de beneficiar os maus motoristas, a medida vai estimular a direção consciente, pois os condutores vão se esforçar para reduzir a pontuação relativa às multas.

— É importante lembrar que o nosso direito penal já estabelece que, para algumas punições, existe uma remissão — disse.

## Ana Amélia cobra respeito a direitos de pessoas com câncer

Ana Amélia (PP-RS) pediu atenção dos serviços de saúde para o tratamento e a prevenção do câncer. Ela criticou a burocracia na liberação do uso de novos medicamentos e alertou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para evitar que a lei da quimioterapia oral (Lei 12.880/2013) seja interpretada para reduzir os direitos dos pacientes com câncer.



Waldemir Boratto/Agência Senado

A senadora também cobrou o cumprimento pleno de lei que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a iniciar o tratamento do câncer em até 60 dias depois do diagnóstico (Lei 12.732/2012).

— É importante que os marcos legais estejam alinhados com as políticas do poder público, que envolvem a União, os estados e os municípios. Somente desse modo, com forte foco em prevenção, estaremos melhorando a qualidade dos serviços públicos de saúde e aumentando as chances de vencermos esse grande inimigo chamado câncer.

## Ana Rita critica tolerância e incentivo a linchamentos

A senadora Ana Rita (PT-ES) lamentou o linchamento do jovem capixaba Alailton Ferreira, de 17 anos, que atuava como flanelinha no município de Serra (ES). Acusado de estupro, Alailton foi perseguido e espancado por cerca de 50 moradores da região e morreu no hospital. O linchamento foi gravado e divulgado na internet. De acordo com a polícia militar, porém, não há qualquer denúncia, nem de estupro nem de outro crime, contra Alailton.

A senadora criticou a PM, que chegou duas horas depois e não chamou a ambulância para socorrer o jovem.

Segundo Ana Rita, a família de Alailton está passando por profundo sofrimento com a injustiça. A parlamentar criticou a frieza dos que filmaram o crime e não interferiram para evitar o linchamento. Lembrou também que a maioria das vítimas desse tipo de crime é de jovens, negros e pobres.

## Collor defende melhores condições para a enfermagem

Fernando Collor (PTB-AL) pediu à Câmara dos Deputados que vote, o mais rapidamente possível, projetos de interesse dos profissionais de enfermagem. Ele disse que enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem de Alagoas, por exemplo, há anos sofrem na luta por melhores condições de trabalho, melhor remuneração e carga horária de 30 horas, mas não são atendidos nem pelo governo do estado nem pelo Congresso.

Segundo o senador, os profissionais reclamam que projetos de interesse da categoria não andam no Congresso. Um desses projetos prevê jornada de trabalho de 30 horas semanais, como recomenda a Organização Internacional do Trabalho. O outro fixa o piso salarial dos profissionais de enfermagem.

Collor explicou que os dois projetos aguardam votação na Câmara dos Deputados, o que ele espera que possa ocorrer logo:

— Tenho certeza que a sensibilidade política dos senhores deputados federais irá se somar à sua responsabilidade social — disse.



Ao lado de Vital (E), Mauro Benevides é um dos autores do texto relatado por Jucá (D), que conversa com Anibal

## PEC das Defensorias segue ao Plenário com urgência

Senadores devem analisar em dois turnos de votação proposta de emenda constitucional que fixa prazo de oito anos para que todas as unidades jurisdicionais do país possuam defensores públicos

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira parecer favorável de Romero Jucá (PMDB-RR) à chamada PEC das Defensorias.

Iniciativa dos deputados Mauro Benevides (PMDB-CE), Alessandro Molon (PT-RJ) e André Moura (PSC-SE), a Proposta de Emenda à Constituição 4/2014 fixa prazo de oito anos para que União, estados e Distrito Federal dotem todas as unidades jurisdicionais de defensores públicos. O texto segue para dois turnos de votação no Plenário, onde tramita em regime de urgência.

De acordo com o projeto, o número de defensores deverá ser proporcional à demanda pelo serviço e à população. Durante oito anos, os defensores deverão trabalhar, prioritariamente, nas regiões com maiores índices de exclusão social e de adensamento populacional. A proposta também amplia a definição de defensoria pública na Constituição, classificando-a como instituição permanente e instrumento do regime democrático.

O relator observou que, passadas mais de duas décadas de vigência da Constituição de 1988, a defensoria ainda não

está plenamente instalada. Segundo Jucá, a dimensão da falta do serviço foi detectada pelo estudo *Mapa da Defensoria Pública no Brasil*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): apenas 59% dos cargos de defensor público estão providos, cobrindo 28% das comarcas brasileiras, e somente 38% dos cargos de defensor público federal estão ocupados, atendendo cerca de 22% das seções judiciárias.

### Homenagem

Durante a fase de discussão, os senadores homenagearam o deputado Mauro Benevides, que teve a chance de defender sua proposta na CCJ. Os parlamentares foram unânimes ao avaliar que a iniciativa vai garantir o acesso dos mais pobres à Justiça.

— Se nós queremos dar igualdade e condições de dignidade à população, temos que garantir Justiça e advogados a quem não pode pagar. O projeto é viável, exequível. Não me venham dizer que não há recursos. Roraima, por exemplo, é o estado mais pobre e de menor arrecadação e já tem defensor público em todas as comarcas. Se Roraima pode, os outros estados também podem fazer — afirmou Jucá.

O relatório foi aprovado por unanimidade, mas o senador Roberto Requião (PMDB-PR) fez uma restrição. Ele disse ser cético em relação à eficácia do projeto e informou que, quando foi governador do Paraná, fez um convênio de assistência jurídica com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que era fiscalizado e funcionava bem.

— Um país pobre como o Brasil, com mais de 200 milhões de habitantes, precisaria de quantos defensores? Vejo isso como uma reivindicação legítima dentro da visão corporativa. Mas depois teremos reivindicação para equivalência de salário com juízes e promotores e, adiante, o desejo desesperado de ganhar também a sucumbência dos processos, embora tenham férias, estabilidade e tudo mais — afirmou.

Apesar da restrição, Roberto Requião afirmou que seguiria orientação do deputado Mauro Benevides.

— Voto a favor, expondo meu ceticismo e a impossibilidade de a defensoria atender realmente a população brasileira. Atenderá a necessidade de emprego dos senhores advogados, meus colegas — ponderou.

## Comissão negociará acordo por mais prazo para concurso da PM de Goiás

O representante da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, coronel Edson Araújo, e a Comissão de Direitos Humanos (CDH) comprometeram-se a intermediar uma reunião entre os candidatos habilitados no concurso da polícia militar (PM) do estado e o governador Marconi Perillo para tentar um acordo que leve a mais contratações. A prorrogação do concurso seria o primeiro passo. Esse foi o resultado da audiência pública feita na quarta-feira pela CDH, em que foram discutidos os motivos pelos quais a PM de Goiás está chamando reservistas do Exército enquanto há concursados aguardando convocação.

Weberth Godoi, representante dos concursados, explicou que quase 900 pessoas reivindicam prorrogação

até novembro de 2015 e um cronograma de convocações para os próximos meses.

Os concursados questionam a legalidade do Serviço de Interesse Militar Voluntário Estadual da Polícia Militar (Simve), criado em 2012 pelo governo estadual. Em protesto, estão acampados em frente ao palácio do governador há quase três meses.

— Essa é uma lei para preterir os concursados, jovens vocacionados para a segurança pública — disse o deputado estadual Mauro Rubem.

Presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES) informou que vai emitir um ofício ao governador para prorrogar a validade do concurso e proporá aos três senadores do estado — Cyro Miranda (PSDB), Lúcia Vânia (PSDB) e Wilder Moraes (DEM) — a busca de uma solução.



Entre Godoi, Ana Rita e Araújo, Mauro Rubem critica o serviço militar voluntário

## Bolsa-Formação pode beneficiar agente de trânsito e guarda civil

O relatório de Armando Monteiro (PTB-PE) ao PLC 92/2013, que autoriza a inclusão dos agentes de trânsito como beneficiários do projeto Bolsa-Formação, foi aprovado na quarta-feira pela CCJ e segue para o Plenário.

A proposta altera a Lei 11.530/2007, que instituiu o Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci), conjunto de ações voltadas à melhoria da segurança. O Bolsa-Formação destina-se

à qualificação profissional de policiais militares e civis, bombeiros, peritos e agentes penitenciários e carcerários.

O texto inclui entre os beneficiários os agentes de trânsito e os guardas civis municipais.

“Não se pode negar que esses agentes também são importantes para a segurança pública, pois se deparam com sequestros relâmpagos, portes ilegais de armas de fogo, veículos roubados, entre outros”, justifica Armando.

## Lídice apoia demandas de PMs da Bahia, mas pede diálogo

Lídice da Mata (PSB-BA) reconheceu como justas as reivindicações da PM da Bahia, que declarou greve na terça-feira. A senadora pediu, no entanto, que os policiais busquem a negociação e o diálogo com o governo. Ela afirmou que o setor é essencial para a segurança e pediu uma rápida solução para a garantia do bem-estar da população. Lídice ressaltou que sempre que há uma greve de policiais a sociedade vive momentos de intranquilidade.

— Quem paga o preço maior é a população, é a sociedade. Então, vamos rapidamente superar as dificuldades em nome da população, em nome do povo baiano — pediu.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Pinheiro quer bom senso do governo baiano e dos policiais

Walter Pinheiro (PT-BA) pediu bom senso e respeito nas negociações entre o governo baiano e os policiais militares do estado, que paralisaram as atividades na quarta-feira, por melhores salários e condições de trabalho. Ele se colocou à disposição das associações de PMs para intermediar um acordo e manter a tranquilidade nas cidades baianas.

— Fomos informados que o Exército disponibiliza nas ruas de Salvador algo em torno de 6 mil homens. Mas sabemos o quão é importante a presença da própria polícia militar. Pelo conhecimento, pelo traquejo da forma como atuar — disse.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Malta anuncia debate sobre legalização da maconha

O Senado vai promover, em breve, um debate sobre a descriminalização das drogas no país. O senador Magno Malta (PR-ES) informou que, entre os convidados já indicados para a audiência, estão o médico Drauzio Varella e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Malta disse estar contente com a possibilidade do debate com Fernando Henrique, porque, no governo dele, foi criada a Secretaria Nacional Antidrogas, exatamente para enfrentar as drogas no país. No entanto, depois que deixou a Presidência, Fernando Henrique teria se tornado “um arauto da legalização da maconha”, disse o senador.



Waldemir Borreto/Agência Senado

# Isenção de IPI deve ajudar a incentivar uso de bicicletas

Para debatedores, o impacto aos cofres públicos será pequeno, pois a medida provocará aumento nas compras do produto, enquanto os benefícios para consumidores, meio ambiente e saúde serão grandes

A ISENÇÃO DO Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre a importação, fabricação e comercialização de bicicletas “é uma política social de redistribuição de renda, intermodalidade e integração. É também uma política de sustentabilidade e distensionamento”, de acordo com o representante da ONG Rodas da Paz, Pêrsio Davison, que participou de audiência na Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano na quarta-feira. Hoje, a alíquota do IPI é de 10%.

Segundo os debatedores, a solução para que o Brasil aqueça o mercado de bicicletas exige investimentos e esforços em três pontos principais: na infraestrutura para a segurança de quem pedala, na conscientização dos motoristas e na redução dos impostos.

O presidente da Associação Brasileira do Setor de Bicicletas (Aliança Bike), Marcelo Maciel, disse que a produção nacional da bicicleta é onerada em 80% pela carga tributária. Para ele, a isenção do IPI não traria grande impacto aos cofres públicos, já que a queda no preço incentivaria a compra do produto no mercado formal.

Maciel afirmou que a desoneração do IPI para os automóveis, em 2012 e 2013, custou cerca de R\$ 20 milhões



Senador Inácio Arruda (3º à esq.) coordena debate com Davison, Maciel e Guth

por dia ao governo federal.

— Caso o governo abra mão do imposto das bicicletas, a renúncia representaria somente cerca de R\$ 66 milhões em todo o ano de 2014. O valor para três anos equivale a onze dias do que se abriu mão no IPI dos automóveis — disse.

Os debatedores consideraram que a isenção do tributo seria também um projeto social, já que a bicicleta é utilizada principalmente por famílias de baixa renda do Norte e do Nordeste. Traria ainda benefícios como a melhoria do comércio de rua, com a construção de ciclovias; a diminuição do estresse por engarrafamentos; o aumento da qualidade de vida e da produtividade dos ciclistas; e a geração de empregos.

Estudo da Aliança Bike revelou que o aumento do ciclismo

tem um potencial de reduzir em cerca de R\$ 84 milhões os gastos anuais do SUS com o tratamento de doenças decorrentes do excesso de peso.

O representante do movimento Bicicleta para Todos, Daniel Guth, lembrou que o Brasil é um dos países com maior índice de mortalidade no trânsito, o que pode diminuir com a redução do uso de automóveis. Destacou ainda a poluição resultante do grande número de veículos motorizados nas ruas, com danos ao meio ambiente e à saúde das pessoas. Guth citou dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicando que, na cidade de São Paulo, a poluição do ar tira um ano e meio do tempo de vida de cada pessoa ao causar doenças, infartos e bronquites crônicas.

## MP auxilia produtor afetado pela seca

O relatório final da Medida Provisória (MP) 635/2013, que amplia a concessão do Benefício Garantia-Safra para o período 2012-2013, será lido hoje na comissão mista que analisa o texto. O Garantia-Safra é um seguro que garante renda a 686 mil agricultores familiares de 664 municípios que aderiram ao Fundo Garantia-Safra e que perderam parte da produção por falta ou excesso de chuva.

Parcelas adicionais — R\$ 155 mensais por família — serão

pagas a partir de maio, depois de pagamentos previstos para a safra 2012-2013. A estimativa é de um custo adicional de R\$ 312,5 milhões.

A MP também aumenta o auxílio emergencial financeiro — R\$ 80 mensais por família — até abril, para atender desastres ocorridos em 2012 cujas consequências se estendam até 2014. A MP tem validade até 2 de junho.

O projeto recebeu 24 emendas, com sugestões de aumen-

to do valor do benefício; de pedido de inclusão entre os beneficiados dos produtores que tiveram prejuízos por conta das chuvas; e de substituição das parcelas mensais por um único pagamento.

No início do mês, a comissão mista recebeu em audiência pública produtores de cana-de-açúcar e de etanol do Nordeste, que pediram a ampliação da subvenção paga pelo governo ao setor em decorrência da seca na região.

## Mudança em reserva na Serra do Cachimbo será tema de debate

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) debate hoje o projeto (PLS 258/2009) de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que divide em duas partes a Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, no sul do Pará: Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV.

Reservas biológicas devem ter preservação integral, sem interferência humana, e áreas particulares em seus limites devem ser desapropriadas. Já parques nacionais podem receber visitação e ter destinação turística. Em áreas de proteção ambiental, é permitida a ocupação humana.

Participam da audiência o presidente do Instituto Chico Mendes (ICMBio), Roberto Vizentin; o pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) Paulo Barreto; o engenheiro florestal Ederson Zanetti; e o presidente da Associação de Produtores do Vale do XV, Fábio Barbosa.

### ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

▶ **Alô Senado:**  
www.senado.leg.br/alosenado

▶ **Tempo real:**  
http://bit.ly/CMAcachimboAS

▶ **Facebook:** alosenado

▶ **Twitter:** @AloSenado

▶ **Alô Senado:** 0800 612211

▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV

## Avança projeto que obriga coleta de água da chuva em condomínios

Pode tornar-se obrigatória a instalação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais para irrigar áreas verdes e lavar calçadas e pisos em condomínios resi-

denciais e comerciais, hospitais e escolas. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 112/2013, de João Durval (PDT-BA), foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue para votação final na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O texto reduz pela metade a taxa do serviço de drenagem pluvial urbana paga pelos



estabelecimentos construídos com a tecnologia e por aqueles que adotarem sistemas de captação de chuva.

Programas para incentivar medidas contra vazamentos e a instalação de dispositivos que economizam água também serão incentivados.

Durval observa que o uso de águas pluviais para lavar piso e irrigar jardins também reduz o fluxo da drenagem. A relatora na CAS, Lúcia Vânia (PSDB-GO), rejeitou emendas de Ana Rita (PT-ES), que teme violação da autonomia municipal.

## Importadores de álcool podem ficar isentos de PIS e Cofins

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 634/2013 se reúne hoje, às 14h30, para discutir e votar o parecer do relator, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

A MP isenta os importadores de álcool do pagamento de PIS-Pasep-Importação e da Cofins-Importação até 2016. A norma tam-



bém acaba com o crédito presumido instituído pela Lei 12.859/2013 nos casos de revenda de álcool adquirido no mercado interno.

O texto recebeu 79 emendas de deputados e senadores. A MP foi editada pelo governo em dezembro do ano passado e tem vigência até o dia 2 de junho.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão de Infraestrutura aprovou relatório do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, realizado em março, contendo proposições legislativas com soluções para a área

# Fórum apresentou 13 propostas para infraestrutura

A COMISSÃO DE Infraestrutura (CI) aprovou na quarta-feira o relatório do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, realizado nos dias 27 e 28 de março pelo colegiado. O evento teve como objetivo apresentar soluções para o país enfrentar os principais entraves na área de infraestrutura, que estão entre as causas do chamado custo Brasil (conjunto de distorções na legislação ou no funcionamento da economia que reduz a competitividade internacional do país).

O presidente da comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL), informou que o relatório traz 13 sugestões legislativas: 8 anteprojetos de lei e 5 propostas de emenda à Constituição (PECs), que serão distribuídas aos senadores para relatoria (veja quadro ao lado). A Consultoria Legislativa do Senado já adequou 12 sugestões às técnicas legislativas. Após a aprovação dos anteprojetos pela comissão, as matérias serão enviadas à Secretaria-Geral da Mesa como de autoria da CI para iniciarem a tramitação.

O relatório traz ainda mais 60 indicações, que, segundo Collor, serão encaminhadas



Collor preside a CI, que avaliará quais proposições serão enviadas à tramitação

para os órgãos responsáveis pelos temas por meio de ofícios.

O fórum também resultou em sugestões para que a comissão crie dois grupos de trabalho integrados por especialistas. Um para elaborar anteprojeto de lei visando à atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica e outro para fazer anteprojeto de um marco regulatório para a exploração de gás de xisto no Brasil.

A criação dos dois grupos, apresentada na forma de dois requerimentos, foi aprovada pela comissão. O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) foi designado por Collor como

coordenador do primeiro grupo e o senador Delcídio do Amaral (PT-MS) coordenará o segundo. Ambos os grupos terão 120 dias para concluir os trabalhos.

A comissão aprovou mais dois requerimentos para encomendar estudos à Consultoria Legislativa do Senado, por meio de nota informativa. Os estudos vão tratar da revisão da legislação que restringe a atividade de mineração em faixa de fronteira e da elaboração de regime tributário para o setor de combustíveis, com o objetivo de garantir a competitividade do etanol.

## Anteprojetos e PECs

- 1 **Anteprojeto de Lei 1/2014:** Dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de potenciais de energia hidráulica em terras indígenas.
- 2 **Anteprojeto de Lei 2/2014:** Permite à Petrobras declinar de sua prerrogativa de ter participação mínima obrigatória e ser operadora única nos consórcios de exploração sob o regime de partilha.
- 3 **Anteprojeto de Lei 3/2014:** Institui volume mínimo de excedente de óleo destinado à União sob regime de partilha.
- 4 **Anteprojeto de Lei 4/2014:** Possibilita a extensão do prazo de vigência de contratos de manutenção de obras públicas.
- 5 **Anteprojeto de Lei 5/2014:** Disciplina a responsabilização de servidores públicos que atuam nas áreas de fiscalização, controle e auditoria por prejuízos causados em obras com recursos públicos, em virtude de relatórios, pareceres ou decisões deles.
- 6 **Anteprojeto de Lei 6/2014:** Elimina a restrição à participação do capital estrangeiro nas companhias aéreas brasileiras.
- 7 **Anteprojeto de Lei 7/2014:** Inclui nas diretrizes para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos a maximização dos benefícios resultantes do aproveitamento dos recursos hídricos.
- 8 **Anteprojeto de Lei 8/2014:** Permite que os recursos financeiros provenientes da outorga sejam utilizados na qualificação da gestão dos recursos hídricos pelo setor privado.
- 9 **Anteproposta de emenda à Constituição 1/2014:** Retira do monopólio da União a construção e a operação de reatores nucleares para fins de geração de energia elétrica.
- 10 **Anteproposta de emenda à Constituição 2/2014:** Permite à União delegar a execução das atividades de pesquisa, lavra e comércio de minérios e de minerais nucleares também.
- 11 **Anteproposta de emenda à Constituição 3/2014:** Dispõe que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) será seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- 12 **Anteproposta de emenda à Constituição 4/2014:** Permite a utilização de recursos arrecadados com a contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e derivados, gás natural e derivados e álcool combustível para subsidiar as tarifas do transporte coletivo.
- 13 **Anteproposta de emenda à Constituição 5/2014:** Atribui à União a propriedade dos rios que deságuem em outros rios federais.

## Marco Civil da Internet deve ser votado hoje por três comissões

As Comissões de Meio Ambiente (CMA), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Constituição e Justiça (CCJ) votam hoje o Marco Civil da Internet (PLC 21/2014), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para internautas e provedores. Os relatórios foram apresentados na quarta-feira por Zeze Perrella (PDT-MG), na CCT, e Vital do Rêgo (PMDB-PB), na CCJ, mas pedidos de vista coletiva adiaram as votações. Na CMA, o relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), apresentará parecer hoje.

Perrella defende a aprovação do texto da Câmara apenas com ajustes de redação.

— Resolvi não mexer no projeto. Se não é o ideal, é o possível — disse.

Vital recomendou a aprovação da proposta com duas emendas de redação apresentadas por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

— É uma obra legislativa que preservará a natureza plural da internet, com respeito aos direitos humanos e à dignidade da pessoa — afirmou Vital.

Os dois senadores elogiaram o esforço do deputado Alessandro Molon (PT-RJ), relator da proposta na Câmara.

Senadores da base gover-



Relator na CCT, Perrella defende aprovação do texto da Câmara, com ajustes

nista vinham defendendo a aprovação com urgência, sem mudanças, a tempo de transformá-lo em lei até o evento NETmundial, que acontece em São Paulo amanhã.

Um dos principais pontos do projeto é a neutralidade de rede — tratamento igual para todos os conteúdos que trafegam na internet, sem cobrança diferenciada. Outra medida é a garantia do direito à privacidade dos usuários, especialmente à inviolabilidade e ao sigilo das comunicações.

O texto determina que as empresas desenvolvam mecanismos para garantir que os e-mails só serão lidos pelos emissores e pelos destina-

tários, nos moldes do que é previsto para cartas de papel.

O projeto também assegura proteção a dados pessoais e registros de conexão e coloca na ilegalidade a cooperação das empresas de internet com departamentos de espionagem de Estado como a NSA, dos Estados Unidos. O artigo 19, que delega à Justiça a decisão sobre a retirada de conteúdos, também é visto como um dos principais pontos.

Encaminhado pela Presidência da República em 2011, o marco civil foi aprovado na Câmara no mês passado. No Senado, o texto já chegou com pedido de urgência constitucional (prazo de 45 dias).

## Armando elogia Lula por apoio à indústria naval

Armando Monteiro (PTB-PE) cumprimentou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter apoiado o relançamento da indústria naval no Brasil. Para o senador, o setor tem gerado 80 mil empregos diretos e é importante no desenvolvimento de Pernambuco. Ele citou o lançamento recente de dois petroleiros construídos em estaleiro pernambucano e disse que a atividade é uma “oportunidade extraordinária” de ascensão social para o povo de seu estado:

— Jovens que trabalhavam como cortadores de cana podem hoje ter um emprego qualificado.

Armando também comemorou a inauguração da primeira etapa da Aduana do Pajeú, que deverá reforçar o abastecimento de água no semiárido pernambucano.



Sector abre oportunidades de ascensão social, sustenta Armando

## Casildo destaca regularização de empreendedores

Casildo Maldaner (PMDB-SC) comemorou o aumento do número de microempreendedores regularizados, que, em 2013, chegou a 3,9 milhões, segundo dados do Sebrae.

O senador explicou que podem se enquadrar na categoria empresas com faturamento de até R\$ 60 mil por ano e que tenham, no máximo, um funcionário.

Para Casildo, o dado mostra que, com condições necessárias, a atividade empresarial cresce, gerando emprego e desenvolvimento. E avalia que pode crescer ainda mais.

— É necessário diminuir a carga tributária, reduzir a burocracia, apostar na educação e qualificação, desenvolver uma infraestrutura eficiente, enfim, criar o ambiente favorável aos negócios — afirmou.



Para senador, menos impostos e burocracia incentivam negócios

Orçamento Fácil, na internet, mostra que o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, entregue na semana passada ao Congresso, não se limita ao reajuste do salário mínimo

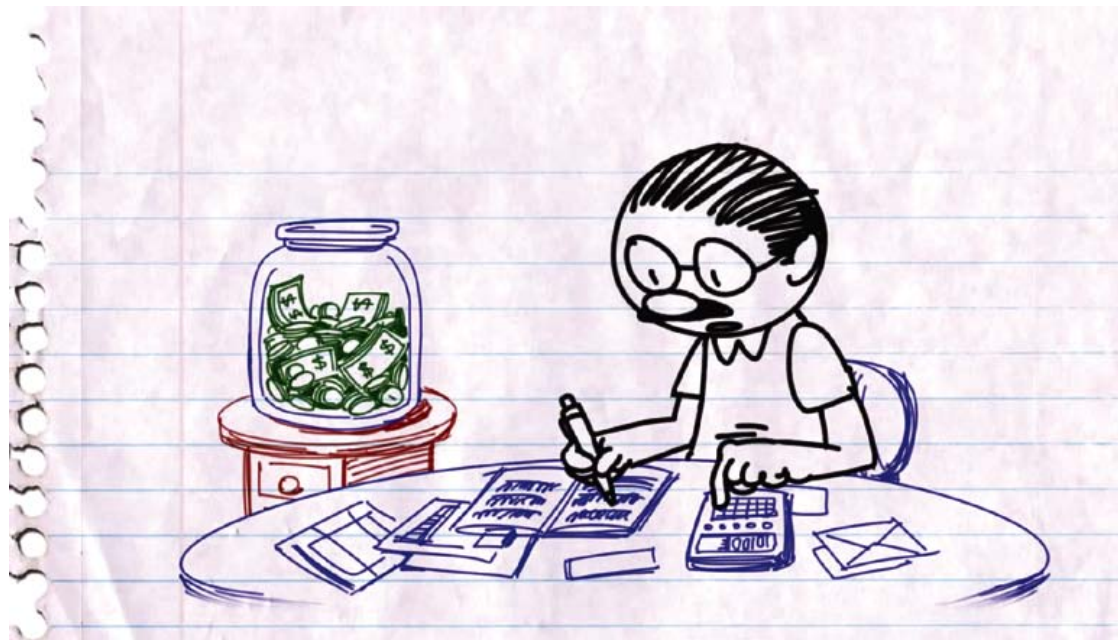
# Vídeos explicam as regras do Orçamento

**QUEM OLHA** O noticiário econômico e não é iniciado no assunto pode até achar que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que define o reajuste do salário mínimo. A cada ano, em 15 de abril, que é a data-limite para o governo enviar o projeto de lei ao Congresso, o destaque na imprensa se repete.

Na semana passada, milhões de brasileiros souberam que, em janeiro de 2015, o mínimo sobe dos atuais R\$ 724 para R\$ 779,79. O reajuste de 7,71% foi anunciado pelos ministros do Planejamento e da Fazenda para jornais, agências de notícias, canais de televisão e rádios de todo país.

Só que não é a LDO que fixa a correção do salário mínimo. Ela apenas antecipa o cálculo estabelecido pela Lei 12.382/2011 para a atualização do piso salarial, com base na inflação anual medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais a variação do indicador de crescimento da economia (PIB) de dois anos antes. Essa fórmula vale até o ano que vem, quando o novo governo terá que discutir o cálculo de reajuste com o Congresso.

E o que a LDO faz? Imagine que a sua família quer planejar uma viagem. Começa a guardar dinheiro para isso, mas um temporal daqueles destrói o teto da casa. A família então estabelece como prioridade a reconstrução do telhado e adia a viagem. Essa historinha aparentemente



Com linguagem simples e animações atraentes, o Orçamento Fácil alcançou 225 mil visualizações até a semana passada

singela, que o internauta pode encontrar acessando o vídeo 6 do Orçamento Fácil, primeiro material pedagógico multimídia produzido pelo Senado, introduz uma das principais atribuições da LDO.

A Constituição de 1988, que criou a LDO, determina no parágrafo 2º do artigo 165 que ela “compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal”, além de orientar a elaboração do Orçamento, tratar de mudanças na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências oficiais de fomento, como o BNDES. Ainda há muito mais, o que pode ser visto pelos vídeos e no infográfico abaixo.

O importante, alerta a consultora de Orçamento Rita Santos, integrante da equipe do Orçamento Fácil, é o cida-

dão aprender do que trata a lei, a importância e as implicações no dia a dia. Só assim poderá exercer o chamado controle social do Orçamento.

A consultora exemplifica: o projeto da LDO de 2015 estabelece como prioridades os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC), Brasil sem Miséria e o Minha Casa, Minha Vida. É o que foi anunciado pelo governo. No entanto, o Congresso e o cidadão pouco vão poder fazer para acompanhar e fiscalizar a execução dessas prioridades. E sabe o motivo? É porque não há como rastrear no Orçamento as ações que compõem esses programas. Mesmo o PAC, que possui um marcador para indicar quais são as rubricas orçamentárias que o compõem, após exigência do Congresso, é definido uni-

lateralmente pelo Executivo.

— O Brasil sem Miséria nem constitui um programa orçamentário — disse Rita.

Isso significa que a determinação constitucional para a LDO só está sendo cumprida.

— Não há transparência, nem possibilidade de participação legislativa, nem de controle social — ressaltou.

Para mudar isso, é preciso se interessar e conhecer o processo orçamentário, que começa com a LDO.

Inspirada em parte nas Constituições da Alemanha e da França (*Loi de Finance*), a lei brasileira funciona como um elo entre as outras duas leis orçamentárias: o Plano Plurianual (PPA), que é o planejamento de médio prazo do governo, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que é o Orçamento. Esse sistema

orçamentário existe para as três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

Todas essas leis são explicadas de um jeito divertido e simples pelas animações do Orçamento Fácil. Lançado no ano passado, o número de visualizações pelo YouTube, pela página do Senado ([www.senado.leg.br/orcamentofacil](http://www.senado.leg.br/orcamentofacil)) e outros sites mostra que, quando há simplificação dos conceitos orçamentários e analogias com situações do cotidiano, os que não são especialistas se interessam. Na semana passada, elas alcançaram 225 mil, das quais 64% pelo YouTube, 28% pela página do Senado e 8% pelos demais sites. Desse total, 36 mil visualizações foram dos dois vídeos que explicam a LDO.

Apesar de ainda não haver pesquisa formal sobre o público que acessa o projeto, reportagem anterior do *Especial Cidadania* mostrou que o material está sendo usado por professores em sala de aula e ensino a distância, candidatos a concurso e cidadãos que querem saber dos gastos públicos.

## Saiba mais

**Projeto da LDO 2015 e cronograma de tramitação**  
• <http://bit.ly/projetoLDO2015>

**Orçamento Fácil**  
• [www.senado.leg.br/orcamentofacil](http://www.senado.leg.br/orcamentofacil)  
• <http://bit.ly/youtubeOF>

Veja esta e outras edições do **Especial Cidadania** em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)

